

Mitigando os mistérios da dissertação escolar

Luciano Novaes Vidon¹ e Flávia Conceição da Rocha Ricardo¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil

lnvidon@yahoo.com.br, flavia.con@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar o comportamento linguístico-discursivo de estudantes de nível médio de língua portuguesa, ao produzirem textos dissertativo-argumentativos. Pretende-se discutir o domínio discursivo desses estudantes em relação aos gêneros utilizados nessas produções textuais. Com isso, pretende-se revelar, por meio da análise de dados oriundos de contexto escolar, as relações entre subjetividade e gêneros discursivos (VIDON, 2010; 2011), estilo individual e estilo do gênero (FIAD, 2008), regime discursivo do gênero (AMORIM, 2001) e processos de autoria (FIAD, 2008; POSSENTI, 2002; FARACO, 2005; BRAIT, 1997; 2008). Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho de pesquisa está fundamentado na teoria bakhtiniana da linguagem, segundo a qual “o emprego da língua efetua-se como forma de enunciados (...)” (BAKHTIN, 2003), e no Paradigma Indiciário proposto por C. Ginzburg (1986).

0 INTRODUÇÃO

As provas de vestibulares e concursos no Brasil, de maneira geral, solicitam aos seus candidatos a produção de textos dissertativos. Um estudante de ensino médio, ao ser solicitado, em um contexto de ensino-aprendizagem, a produzir um texto de tal gênero, tende a se perder em meio às dúvidas que surgem no decorrer de sua produção textual, particularmente quanto às regras que regem esse tipo de gênero. Em geral, exige-se desse estudante a apresentação e o desenvolvimento de um tema, bem como o posicionamento ante a ele, buscando-se argumentos inteligentes e criativos, que apresentem uma solução coerente ao problema proposto. Tudo isso, na maior parte das vezes, deve ser realizado de modo que não seja pessoal e subjetivo. Lamentavelmente, o que se percebe é que, mesmo aqueles textos que são considerados acima da média, caracterizam-se, muitas vezes, por serem bastante repetitivos, homogêneos. Nessa perspectiva, nota-se que a produção textual dissertativa constitui-se uma das grandes preocupações de quem leciona a língua portuguesa, tendo em vista os mais variados problemas que surgem em decorrência da separação entre as práticas sociais produzidas pela linguagem e as práticas textuais escolares.

O contato que os estudantes têm com textos dissertativos durante o seu trajeto no ensino fundamental e médio, no ambiente social no qual estão inseridos, das poucas ou nenhuma condições ideais da escola quanto à abordagem desse gênero, entre outros aspectos, colocam essa questão como fundamental a ser investigada, justificando, assim, um trabalho de pesquisa com essa temática. Nesse sentido, nos deparamos com questões que não se calam. Como fazer com que esse aluno desenvolva um texto que seja único, próprio e criativo, no sentido bakhtiniano desses conceitos (BAKHTIN, 1992; 2003; 2010), mas ao mesmo tempo tenha caráter objetivo e impessoal, como exige, na maioria das vezes, o gênero? Qual o contato desse estudante com esses gêneros “reais”, efetivamente realizados na sociedade: os artigos de opinião, os comentários críticos, as resenhas, os ensaios, editoriais, etc.? Qual a abordagem relacionada à dissertação que os livros didáticos trazem em seu conteúdo? Qual tem sido o papel da escola frente à necessidade de preparar um estudante de ensino médio para a disputa de vestibulares e concursos?

As respostas para essas indagações podem ser buscadas em análises de textos redigidos por esses estudantes de ensino médio, em pesquisas realizadas em escolas de ensino médio com a finalidade de observar como os professores de língua portuguesa tratam o tema, e, por fim, na observação de quais os gêneros discursivos que esses estudantes têm contato. É o que propomos no projeto de pesquisa que subsidia o presente artigo.

Dentro dessa perspectiva, apresentamos, a seguir, uma análise de um texto dissertativo-argumentativo, produzido em uma prova de redação de um concurso público de nível médio, visando exemplificar o tipo de reflexão que realizamos no âmbito do projeto “Subjetividade e dessubjetivação em textos dissertativo-argumentativos escolares” (VIDON, 2010).

1 DISSERTAÇÃO: AUTORIA E DESSUBJETIVAÇÃO

O fragmento abaixo faz parte da “coletânea de textos” da prova de redação do concurso da PMES (Polícia Militar do Espírito Santo), realizado pelo CESPE (Centro de Seleção e de Promoção de Eventos), cujo tema proposto foi: “A interiorização da violência”.

“Estudo divulgado em 30 de março de 2010 aponta que os índices de homicídios estagnaram ou caíram nas capitais e regiões metropolitanas no período de 1997 a 2007 e passaram a crescer nas cidades do interior dos estados, em um fenômeno conhecido como interiorização da violência. De acordo com o levantamento, a taxa de homicídios no interior passou de 13,5 por 100 mil habitantes, em 1997, para 18,5 por 100 mil, em 2007, enquanto se mantiveram razoavelmente estáveis nas capitais dos estados. Internet: www.bbc.co.uk/blogs (com adaptações)”.

Houve também, na mesma coletânea, algumas diretrizes e determinações, a saber:

“identifique as principais causas da interiorização da violência; descreva a relação entre a interiorização da violência, o narcotráfico e o crime organizado; descreva as ações que o Estado deve adotar no combate à violência”.

De posse desses dados, os candidatos deveriam desenvolver sua habilidade de escrita por meio de uma

redação dissertativo-argumentativa. O texto a seguir foi redigido por um dos candidatos do referido concurso e servirá como exemplo de análise.

“Atualmente a violência não é um marcante problema restrito às grandes cidades brasileiras. Nos últimos anos observa-se um aumento significativo desse mal em cidade do interior dos estados. Isso se deve sobretudo ao aumento da população nesses locais, um reflexo da migração.

Grandes empresas têm se deslocado para o interior movidas por menores impostos, incentivos fiscais, dentre outros. Também um contingente populacional tem fugido dos grandes centros urbanos pelos problemas enfrentados aí, como desemprego, poluição, violência, falta de moradias adequadas e educação de qualidade. No entanto, as medidas públicas das cidades receptoras não acompanham o aumento da população local, ou seja começa-se a evidenciar um problema, a violência, conseqüência da falta de estruturas políticas para atender a toda população.

Uma educação precária, desemprego elevado, falta de saneamento básico, saúde oferecida sem qualidade, somado à amplificação do narcotráfico e do crime organizado, chagas de todo cenário nacional, têm enchido os olhos daqueles que, como nas capitais, com a falta de oportunidade, são reféns do sistema vigente, tornando-se alvos fáceis. Se o estado não é pelo cidadão, este procura quem o seja, aliando-se aos meios ilícitos, que rendem bilhões em suas atividades. Não é inverdade que a lavagem de dinheiro atinge também o interior dos estados. Beira a impunidade.

Políticas públicas preventivas como educação de qualidade, saúde, moradia, medidas sócio-econômicas para geração de empregos somadas à investimentos em segurança, capacitação e qualificação dos órgãos policiais competentes, práticas da policia comunitária em especial como meio de aproximação dessa instituição com a sociedade, são formas eficientes no combate à violência. Modificações nos códigos penais e sua aplicação de fato, utilização de penas alternativas, meios tecnológicos nos quadros policiais são de suma importância. Cabe à sociedade também garantir um meio familiar estruturado, unido, capaz de exigir do estado que cumpra seu papel de administrador e zelador do bem estar da vida”.

Em um primeiro momento, podemos observar que o texto acima, praticamente, não apresenta problemas ortográficos, lexicais, ou sintáticos. Quanto à coerência, também, as idéias estão claras e devidamente articuladas. Ou seja, podemos concluir que esse texto reflete muito bem um modelo prototípico de texto dissertativo-argumentativo, em que dados e fatos, extraídos da realidade (no caso, expostos pela coletânea), são apresentados e descritos, e uma opinião *dessubjetivada* pode ser identificada no texto. Esse processo de *dessubjetivação* (VIDON, 2010; 2011) pode ser observado em todo o texto. Essa observação a respeito do texto em questão nos parece permear toda a redação. No primeiro parágrafo, é possível destacar a indeterminação do sujeito através do uso do pronome oblíquo de 3ª pessoa, *se*, em “percebe-se”. Nos 2º e 3º parágrafos, destaca-se o uso da voz passiva, em “*têm se deslocado*” e “*têm enchido*”. Até mesmo quando é possível se vislumbrar uma opinião, no texto, esta aparece dissimulada, seja através de uma condicional, como, por exemplo, em “*Se o estado não é pelo cidadão, este procura quem o seja, aliando-se aos meios ilícitos, que rendem bilhões em suas atividades. Não é inverdade que a lavagem de dinheiro atinge também o interior dos estados. Beira a*

impunidade.”, seja através da atribuição da responsabilidade final sobre a questão à sociedade – “*Cabe à sociedade também garantir um meio familiar estruturado, unido, capaz de exigir do estado que cumpra o seu papel de administrador e zelador do bem estar de vida.*”

Assim, vale a pena pontuar algumas considerações sobre a noção de autoria, de Foucault (2000), refletida e refratada por Possenti (2002). Para Foucault, a noção de autor está estritamente associada à sua obra. Para Possenti, entretanto, a autoria liga-se à noção de estilo. Com base nessas assertivas podemos afirmar que a voz do autor do texto acima traz ao seu lado outras vozes, que acabam promovendo uma *descaracterização* dessa autoria em quase todo o corpo textual, tornando o sujeito autor em vias de *dessubjetivação*. Isso se confirma em *frases-clichês*, que introduzem temas constantemente veiculados pela mídia (jornais, revistas, televisão, entre outros), tais como: redução de impostos, emigração de centros urbanos, desemprego, políticas de estruturação urbana, corrupção, destruição do meio ambiente. Comumente a mídia concebe esses temas de maneira muito geral, apenas mostrando as mazelas e as marcas que deixam na sociedade. Não criam, portanto, um sujeito leitor/ouvinte crítico e politizado capaz de mudar seu ambiente social.

E a escola? Esta, por sua vez, caracteriza-se, tradicionalmente, como “depósito “de crianças e adolescentes, transmitindo uma gama de conhecimentos, e, muitas vezes, não os criando (GERALDI, 2010; ROJO, 2008). Logo, mesmo em escolas de grande prestígio na sociedade, é notável o grande número de reprodutores de idéias, e não de criadores delas. Estamos então diante de um texto quase vazio de estilo pessoal, com sua singularidade exposta à luz de velas, visto que nele consta um jorro de informações apenas e tende a dizer o óbvio, produto de nossa realidade social, política e econômica.

2 DA DESSUBJETIVAÇÃO À SUBJETIVIDADE

Possenti (op. cit.) afirma que outrora a gramática era o único árbitro sentenciador de boas redações, deixando claro que hoje existem outros aspectos linguísticos e discursivos que sinalizam um bom texto. De fato, se observarmos formalmente o texto em análise, sob um olhar gramatical, ele não apresenta problemas em sua organização textual-discursiva, em seu encadeamento léxico-gramatical e o sujeito-autor atende ao que foi proposto no caderno de provas.

Entretanto, se considerarmos as condições de produção desse texto, perceberemos o quanto fatores externos a essa tessitura influenciam em sua qualidade. Possenti (op. cit.) afirma, quando refuta as idéias de Foucault, que um estudante do ensino médio dificilmente é autor de alguma obra. Ironicamente, Possenti quer dizer que será muito difícil falar de autoria, na concepção de Foucault, se tivermos que esperar a produção de uma obra. Mas, para Possenti, é possível falar de autoria, sim, mesmo quando não estamos diante de um autor de uma obra.

Podemos pensar, contudo, que, para um estudante, não é difícil apenas produzir uma obra, mas, também, defender uma idéia, posicionar-se, evidenciar marcas singulares e estilo próprio, quando se leva em consideração o tempo de produção dessa redação, a quantidade máxima de linhas as quais ela deve ocupar e o que dizer da pressão psicológica desse sujeito ao fazer provas desse tipo e que têm a finalidade de selecionar, não somente testar conhecimento.

Desse modo, voltaremos a dois trechos específicos dessa redação, que em um segundo momento nos chama a atenção:

1º - “Se o estado não é pelo cidadão, este procura quem o seja, aliando-se aos meios ilícitos, que rendem bilhões em suas atividades. Não é inverdade que a lavagem de dinheiro atinge também o interior dos estados. Beira a impunidade”;

2º - “Cabe à sociedade também garantir um meio familiar estruturado, unido, capaz de exigir do estado que cumpra o seu papel de administrador e zelador do bem estar de vida”.

No primeiro trecho, lexicalmente falando, há certa sofisticação quando o autor utiliza a palavra “inverdade”. Ele poderia ter usado seqüências do tipo “não é mentira” ou “é verdade”. Quando termina a idéia, complementa-a em tom categórico e avaliativo com “Beira a impunidade”. Quanto ao segundo trecho, parece-nos que a idéia utilizada pelo autor, para finalizar o quarto parágrafo, está estritamente relacionada ao primeiro trecho uma vez que, ainda que pareça óbvia essa afirmação, conforme o autor, se a família (pequena parte do todo) estiver estruturada, ela terá plenas condições de exigir do Estado, que por sua vez agirá em prol da sociedade (todo), protegendo o cidadão social e economicamente, livrando-o de possíveis infrações às leis determinadas pelo Estado aos cidadãos.

3 CONCLUSÃO

Ideologicamente falando (GEGe, 2009), mesmo que não tenha sido a intenção de nosso autor, as duas afirmativas acima convergem para as definições de Estado proposto por Tomas Hobbes em *Leviatã*. Hobbes postula que, para defender seus próprios interesses e por amor à própria vida, os homens criam um Estado, segundo o teórico iluminista, um mal necessário, porém criado para combater a anarquia social, à falta de proteção individual, os riscos de perda e ganhos. Observa-se aqui um diálogo entre os enunciados acima. O Estado existe e possui poder de direito e de fato, no entanto, se os cidadãos que o legitimaram não se unem, se fortificam para exigir que ele cumpra seu papel, surgirão problemas como os citados no texto, cujas rédeas, muitas vezes, fogem ao controle do governo.

Logo, não se pode prescindir do cuidado que se deve ter ao analisar o índice de subjetividade e autoria de um dado texto. Nesse exemplo, especificamente, o que parecia uma escrita monótona, sem particularidades e quase perdida, mostrou-se instigante a uma análise. Essa análise preliminar revela, também, a complexidade do gênero discursivo que nos propomos a investigar e justifica, por si só, um projeto de pesquisa como o que estamos desenvolvendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Amorim, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Editora Musa, 2001
- [2] Bakhtin, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- [3] _____, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- [4] _____, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.
- [5] Brait, B. *Bakhtin Dialogismo e Construção do Sentido*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1997.
- [6] _____, B. *Bakhtin – Outros Conceitos Chaves*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- [7] Faraco, C. A.. *Linguagem e Diálogo – As idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Editora Criar Edições, 2006.
- [8] Fiad, R. Ensino e autoria. IN: Tfouni, L. V. *Múltiplas faces da Autoria*. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2008.
- [9] Foucault, M. *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Passagens, 2000 [1969].
- [10] GEGe. *Palavras e Contrapalavras – Glossariando Conceitos, Categorias e Noções de Bakhtin*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.
- [11] Geraldi, J. W. *Aula Como Acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- [12] Ginzburg, C. *Mitos Emblemas Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- [13] Possenti, S. Índícios de autoria. *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 20 (1), p. 105-124, 2002.
- [14] Rojo, R. Gêneros do discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao Trivium? IN: Signorini, I. (Org.) *[Re]Discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008.
- [15] Vidon, L. N. Subjetividade e dessubjetivação em gêneros dissertativos-argumentativos escolares. *Projeto de Pesquisa*. Vitória-ES: PRPPG/PPGEL/UFES, 2009.
- [16] _____, L. N. Processos de autoria em redações de vestibular. No Prelo, 2011.